



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR

Acta da quarta sessão ordinária de 2007 da Assembleia Municipal de Aljezur

**

LOCAL: Sala de Sessões dos Paços do Município

DATA: 28 de Setembro de 2007

INÍCIO: 21:05 horas

ENCERRAMENTO: 00:55 horas

*

CONSTITUIÇÃO DA MESA:

Maria de Lurdes Afonso Bento, Presidente
Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário
José Carlos Pacheco Silva

MEMBROS PRESENTES:

Henrique Manuel Ramos Henriques, Dionísio Manuel Nifro da Silva, Johannes Alexander Schydlo, Amílcar Manuel Marreiros Duarte, Manuel Alberto Santinho Cristo, Rosa Maria dos Santos Cigarra Rocha, Francisco António Baptista Ferreira, Ana Maria Ferreira Santos, José António Duarte, José Manuel dos Santos Marreiros, Sérgio Manuel da Silva Santos

*

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS:

Vítor Manuel da Encarnação Vicente, por Iládio de Jesus Alves Furtado
Eliezer João Candeias, por Raul João da Silva

*

ENTRARAM NO DECORRER DA SESSÃO OS SEGUINTE MEMBROS:

Manuel António Custódio Rosendo e Fernando Manuel Costa Rosa

*

VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA DO SEGUINTE MEMBRO:

António Manuel Guerreiro Lopes

*

ABERTURA DA SESSÃO – Verificando-se a presença da maioria dos membros da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, declarou aberta a sessão pelas 21:05 horas

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA: – Foi lido o ofício do membro Vítor Manuel da Encarnação Vicente, de vinte e quatro de Setembro de dois mil e sete, informando que por motivo da sua vida privada não se encontrar em Aljezur não lhe é possível comparecer à hora marcada para a presente sessão, solicitando a sua substituição.-----

Tendo o membro a seguir na lista comunicado a sua indisponibilidade para efectuar a referida substituição, foi empossado o Senhor Iládio de Jesus Alves Furtado, portador do Bilhete de Identidade número um milhão cento e cinco mil cento e setenta e nove, emitido em quatro de Fevereiro de dois mil e quatro, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa.-----

Foi lido o ofício da Junta de Freguesia de Rogil, número trezentos e cinquenta e quatro, de dezoito de Setembro de dois mil e sete, enviando cópia do pedido de alteração da suspensão de mandato do Presidente da Junta de Freguesia, por um período de mais noventa dias.-----

Em sua substituição, foi empossado o Senhor Raul João da Silva, portador do Bilhete de Identidade número dois milhões duzentos e sessenta e nove mil oitocentos e cinquenta e dois, emitido em dezanove de Outubro de dois mil, pelo Arquivo de Identificação de Faro.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM

APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR: – Foi presente a acta da sessão ordinária realizada no dia vinte e nove de Junho de dois mil e sete.-----

Posta à votação, foi a mesma aprovada por maioria, com as abstenções dos membros Dionísio Silva e Iládio Furtado.-----

PONTO NÚMERO DOIS

LEITURA DO EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS: – Foi lida a seguinte correspondência, a qual se encontra arquivada em pasta anexa:-----

– de Junta de Freguesia de Aljezur, ofício número trezentos e cinco, de seis de Julho de dois mil e sete, enviando cópia de ofício enviado à Direcção de Estradas de Faro, sobre acidentes ao quilómetro cento e trinta e nove ponto seis na Estrada Nacional cento e vinte.-----

– de Junta de Freguesia de Aljezur, ofício número trezentos e dez, de seis de Julho de dois mil e sete, enviando cópia de ofício enviado à Direcção de Estradas de Faro, sobre a limpeza de bermas na Estrada Nacional cento e vinte.-----

– de Junta de Freguesia de Aljezur, ofício número trezentos e quinze, de seis de Julho de dois mil e sete, enviando cópia de ofício enviado à Direcção de Estradas de Faro, sobre a realização de obras de alargamento da ponte sobre a ribeira do Areeiro.-----

– de Grupo Parlamentar do Partido Popular, ofício número mil e noventa, de onze de Julho de dois mil e sete, acusando a recepção de moção “sobre a introdução de transgénicos no Algarve”, informando que a mesma foi enviada para os deputados que integram a Subcomissão Parlamentar de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.-----

– de Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ofício número quatrocentos e vinte sete, de doze de Julho de dois mil e sete, acusando a recepção da moção “sobre a introdução de transgénicos no Algarve”.-----

– de Gabinete do Primeiro-Ministro, ofício número sete mil seiscentos e dezassete, de treze de Julho de dois mil e sete, acusando a recepção da moção “sobre a introdução de transgénicos no Algarve”.-----

– de Câmara Municipal de Sesimbra, ofício número dezoito mil trezentos e oitenta e dois, de dezassete de Julho de dois mil e sete, acusando a recepção da moção “sobre a introdução de transgénicos no Algarve”.-----

- de Junta de Freguesia de Aljezur, ofício número trezentos e trinta e cinco, de treze de Julho de dois mil e sete, enviando cópia de ofício enviado Director do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, sobre a degradação de equipamentos e impacto visual.-----
- de Gabinete do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, ofício número mil quatrocentos e quarenta e sete, de dezoito de Julho de dois mil e sete, informando que a moção “sobre a introdução de transgénicos no Algarve”, foi remetida do Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas.-----
- de Assembleia Municipal de Sesimbra, ofício número quatrocentos e oitenta e nove de, dezoito de Julho de dois mil e sete, acusando a recepção da moção “sobre a introdução de transgénicos no Algarve”.-----
- de Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os verdes”, faxe de dezassete de Agosto de dois mil e sete, acusando a recepção da moção “sobre a introdução de transgénicos no Algarve”.-----
- de Câmara Municipal de Aljezur, ofício número nove mil quinhentos e trinta e oito, de vinte de Agosto de dois mil e sete, enviando cópia de acta da reunião do Conselho Directivo da “Terras do Infante – Associação de Municípios”, realizada no dia onze de Junho de dois mil e sete.-----
- de Feira de Lleida, ofício de Setembro de dois mil e sete, informando da realização da Municipalia, de vinte e três a vinte seis de Outubro de dois mil e sete em Lleida (Espanha).-----

PONTO NÚMERO TRÊS

OUTROS PONTOS EVENTUAIS PREVISTOS NO REGIMENTO: – A Senhora Presidente da Assembleia informou o Senhor Presidente da Câmara que o equipamento de gravação da Assembleia Municipal está absolutamente obsoleto e perguntou quando é que era possível a aquisição de um novo equipamento. ---- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a Assembleia Municipal pode incluir a aquisição do equipamento necessário, no Orçamento da Assembleia para o ano de dois mil e oito. -----

A Senhora Rosa Cigarra disse que os proprietários das Bancas do Mercado Municipal de Aljezur, os quais usam as arrecadações sitas no sótão do edifício, queixam-se que as obras não foram concluídas e ao subirem para as ditas arrecadações batem numa tábua que lá está. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que o Senhor Vereador José Gonçalves estava a ouvir a reclamação e que iria inteirar-se do assunto.-----

A Senhora Ana Santos referiu que o espelho, que foi colocado na rua da Igreja da Misericórdia, encontra-se partido desde o início de Agosto, pelo que solicitou que o mesmo seja substituído, uma vez que o mesmo faz muita falta naquele local. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que iria providenciar a substituição do referido espelho. -----

O Senhor Iládio Furtado em representação da bancada do PSD apresentou a seguinte intervenção, acerca da problemática do estacionamento desordenado na Praia do Amado, na Carrapateira:-----

“Considerando que verificou-se este ano uma vez mais, um autêntico caos ao nível do estacionamento junto aos acessos pedonais e zonas envolventes da Praia do Amado, sito em Carrapateira, impossibilitando por completo o trânsito pela estrada que serve a mesma praia,-----

Considerando que situações como esta são extremamente negativas para o Concelho, deixando transparecer para o exterior, dado à sua forma continuada, uma imagem de relativa inércia, impotência ou até mesmo de resignação face ao problema,-----

Considerando que é ilegal a obstrução de quaisquer vias e caminhos, como sazonalmente acontece junto aos acessos a esta praia, obstrução essa que limita a própria assistência à praia em caso de uma urgência médica,-----

Considerando que esta Autarquia tem demonstrado alguma iniciativa e preocupação em resolver problemas desta natureza que infelizmente existem quase por todo o Concelho, como também agora é demonstrado pela contratualização do processo de reordenamento do estacionamento da Praia da Amoreira/Monte Clérigo,-----

Entendemos que esta Assembleia Municipal deverá diligenciar junto desta Câmara Municipal, afim de demonstrar esta sua preocupação e, de algum modo, fazer igualmente sentir que a resolução deste problema peca por tardia, e se continuarmos impasse por muito mais tempo poderemos vir a sentir aumentado o desconforto agora existente, e as consequências directas por algum momento trágico e fatídico que possa eventualmente acontecer nessa mesma praia. Temos que prevenir, para mais tarde não remediar...”-----

O Senhor Presidente da Câmara disse concordar com a questão colocada. Disse também que, no ano de dois mil, a Câmara quis resolver essa situação, no entanto o Parque Natural disse que isso era matéria da orla costeira, pelo que cabia ao ICN a responsabilidade de fazer essas obras. O ICN começou a elaborar o projecto e, ao fim de seis anos, chegou à conclusão que não tinha condições para o concluir. A Câmara verificou que o ICN tinha feito uma candidatura ao Programa Ambiente, no entanto iria perder o dinheiro, pelo facto de não executar as obras. Assim, as Câmaras Municipais, embora contrariadas, pediram que essas candidaturas fossem passadas para as Autarquias, a fim de evitar que fosse perdido o financiamento do Programa Ambiente. Foi assinado um Protocolo, no qual constava que o fornecimento dos projectos era da responsabilidade do ICN. O ICN forneceu o projecto do Monte Clérigo e a Câmara promoveu alterações ao projecto, no sentido de fazer uma obra maior, mas com o mesmo dinheiro. Em relação ao projecto para a Praia da Bordeira, Praia do Amado e Pontal da Carrapateira, ele pura e simplesmente foi colocado no lixo, visto não ter condições de ser executado, uma vez que estava mal elaborado e não contemplava toda a documentação. Logo a Câmara promoveu outro concurso para elaboração de um novo projecto, que está a decorrer neste momento. Devido à candidatura ao Programa Ambiente, esta obra tem que estar concluída até ao final do mês de Maio de dois mil e oito. Referiu ainda que para a Praia do Amado, o Plano de Ordenamento da Orla Costeira define a presença de um equipamento completo, nomeadamente com a construção de um restaurante e, inclusive, a sua localização. No entanto, a Câmara não concorda nem com a localização proposta, nem com a existência de um restaurante. A Câmara defende que a Praia do Amado deve ter dois estabelecimentos similares de hotelaria, nomeadamente dois cafés. Em que possam ser servidas refeições à mesma, mas devem ser dois estabelecimentos para que possa ser promovida a concorrência e evitar que os preços sejam elevados. Como a Câmara não concorda com a localização proposta, vai propor que seja estudada uma nova localização no Domínio Público Marítimo.-----

O Senhor Johannes Schydlo perguntou se a Câmara já tinha recebido alguma resposta, por parte do Instituto de Estradas de Portugal, acerca da Estrada de Marmeleite.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que já tinha chegado uma resposta, referindo que o processo estava em Évora, no Instituto de Estradas e que, se forem levadas em conta as recomendações no projecto que agora foi enviado, pensa que não há inconveniente que a Câmara possa avançar com o processo. A questão agora, tem a ver com alguma engenharia financeira para que a

Autarquia possa lançar o concurso para a execução da obra.-----
OS SENHORES MANUEL ANTÓNIO CUSTÓDIO ROSENDO E FERNANDO MANUEL COSTA ROSA PASSARAM A FAZER PARTE DOS TRABALHOS-----
O Senhor Johannes Schydlo perguntou ainda como é que são comprados os livros escolares que são dados aos alunos do primeiro ciclo, se são comprados pela Internet?-----
A Senhora Vereadora Fátima Neto informou que os livros não podem ser adquiridos pela Internet, uma vez que nesse caso teriam que ser pagos através de cartão de crédito, e essa situação não é permitida às Câmaras Municipais. Logo os livros têm que ser adquiridos através de consulta às editoras.-----
O Senhor Johannes Schydlo disse que o colega do lado tinha recebido uma acta da Grande Área Metropolitana do Algarve, que ele não recebeu. Que várias vezes se fala em poupança, mas que ele recebe a documentação por mão, mas em envelopes com a taxa paga.-----
O Senhor Presidente da Câmara informou que os envelopes têm impresso “taxa paga” para evitar que seja necessário o uso de selos, que essa taxa só é cobrada quando a correspondência segue por correio.-----
O Senhor Johannes Schydlo disse ainda que a estrada nacional cento e vinte tem locais muito perigosos, referindo-se ao troço junto à ponte do Areeiro, onde já houve acidentes mortais.-----
O Senhor Presidente da Câmara disse que irá ser analisada a possibilidade de fazer um outro projecto para a ponte.-----
A Senhora Ana Santos referiu que, na Vila, a Ponte sobre a Ribeira de Aljezur necessita de uma intervenção, nomeadamente nos passeios, visto que o que foi feito encontra-se completamente degradado.-----
O Senhor Presidente da Câmara informou que essa situação já tinha sido acertada com o Director de Estradas. Que a Câmara pretendia, para a Ponte sobre a Ribeira de Aljezur, uma intervenção idêntica à que está a ser feita na Ponte de Odeceixe. Ou seja, aumentar a faixa de rodagem e colocar passeios exteriores. No entanto, veio uma equipa analisar a situação, verificar se a estrutura da Ponte estava em condições, ou não, para suportar a obra. Só que entretanto verificaram que existia, a Norte, uma passagem pedonal e, assim sendo, consideraram que o problema está resolvido. Pelo Director de Estradas foi enviado o relatório elaborado pela referida equipa, ao qual a Câmara tem que responder e justificar as razões pelas quais não concorda com o documento.-----
O Senhor Amílcar Duarte referiu que, quando a Ponte sobre a Ribeira de Aljezur foi feita, foi para passarem carros de bois e de cavalos, logo, quando presentemente vê passarem lá dois camiões fica um pouco apreensivo. Perguntou se, no próximo Orçamento de Estado, irá ser contemplada a Variante de Aljezur. O Senhor Presidente da Câmara disse não saber. Que a Autarquia tem lutado bastante para que isso aconteça, no entanto os resultados estão à vista. A única coisa que sabe é que a Variante tem tudo, tem projecto, tem estudo de impacte ambiental, o que falta é vontade política para alguém decidir avançar com a obra.-----
A Senhora Presidente da Assembleia propôs o prolongamento deste ponto da Ordem do Dia, por mais quinze minutos, uma vez que o tempo previsto tinha expirado, o que foi aceite por unanimidade.-----
O Senhor Amílcar Duarte perguntou em que ponto é que se encontra a situação referente à construção do novo Quartel dos Bombeiros de Aljezur (Secção de Odeceixe)? Perguntou ainda qual tinha sido a resposta dada à Assembleia Municipal acerca da tomada de posição deste órgão sobre a regulamentação da pesca lúdica.-----
O Senhor Presidente da Câmara disse que a única coisa que podia dizer é que a

Câmara mantinha a mesma posição, ou seja apoiar a construção do Quartel, quanto ao resto nada mais sabe sobre o processo.-----

Quanto à questão da pesca disse desconhecer a resposta dada à Assembleia Municipal, no entanto sabe que a Secretaria de Estado das Pescas fez uma proposta para aumentar para dois quilos a apanha de perceves e, de dois para dez quilos, a apanha do outro marisco (mexilhões, lapas, etc.), mas que a Secretaria de Estado do Ambiente não aceitou.-----

Disse que, pessoalmente, também considera exagerado o aumento de dois para dez quilos, a apanha de marisco. Informou que a Câmara já enviou uma proposta para o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, propondo a apanha do marisco, por unidade, em função da sua espécie e, o aumento do peso para dois quilos no caso concreto dos perceves. Informou também que essa proposta foi feita com base num regime específico para residentes nos Municípios de Área Protegida, com o apoio da Secretaria de Estado das Pescas.

Mas, neste caso, o proposto obriga também ao licenciamento. Ou seja, quem pretender exercer a apanha lúdica (tal como a pesca) vai ter que promover o seu licenciamento. Referiu ainda que na próxima quarta-feira, irá ter lugar uma reunião com as Câmaras e o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, a convite do mesmo.-----

A Senhora Ana Santos disse que, na qualidade de Vice-Presidente dos Bombeiros Voluntários de Aljezur, poderia dar mais algumas informações sobre o ponto de situação relativa à construção do novo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Aljezur (Secção de Odeceixe), designadamente que o projecto foi entregue na Câmara Municipal e submetido à aprovação dos serviços técnicos da autarquia para posterior realização do caderno de encargos. Dessa apreciação resultou uma série de pontos que deveriam ser alterados/melhorados, tais como, uma melhor definição do tipo de materiais a utilizar.-----

Perante esta situação, em meados de Maio, o projecto foi novamente remetido ao arquitecto responsável pela sua elaboração. Aguarda-se a devolução do projecto, com as necessárias alterações, aos bombeiros Voluntário de Aljezur para seguidamente posa ser elaborado o caderno de encargos e aberto o respectivo concurso para construção.-----

O Senhor Fernando Rosa disse que o ofício que remeteu para a Assembleia Municipal, sobre a construção Quartel dos Bombeiros de Aljezur (Secção de Odeceixe), foi no sentido de evitar uma reunião. Referiu que desconhecia a situação em que se encontrava este assunto e que na próxima semana iria falar com o arquitecto para saber o que é que se passa. Pois, seis meses, é muito tempo para fazer as alterações em causa.-----

Em relação à Ponte de Odeceixe, e uma vez que as obras vão começar, disse estar preocupado com o facto de vir a ser restringida, ou proibida, a circulação de veículos pesados naquela estrada, visto não haver alternativa.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que, no dia anterior, tinha tido uma reunião com o Director de Estradas, na qual também tinha estado presente o Vice-Presidente da Câmara de Odemira, na qual este assunto tinha sido abordado. Referiu que eles tinham analisado as alternativas ao trânsito, mas que não foram encontradas condições para desviar o trânsito. A situação mais favorável, consistia em efectuar um desvio de mais de cem quilómetros. Ora isso não é um desvio, nem tão pouco viável.-----

Disse ser evidente que o Instituto de Estradas, e de acordo com o caderno de encargos, usou de algumas cautelas para executar a obra em segurança. Daí essa preocupação com a circulação dos veículos pesados. Esclareceu que o cenário, exposto pelo Director de Estradas, é o seguinte: que não irá haver interrupção de trânsito aos veículos, excepto em determinadas situações para

alguns pesados; poderá eventualmente haver um corte total de circulação, por períodos de cerca de trinta minutos, situação que acontecerá de noite durante a horas de menor movimento; a circulação de veículos pesados com mais de trinta toneladas, vai ser impedida durante três ou quatro fins-de-semana.-----

O Senhor Fernando Rosa disse desconhecer quais os meios que irão ser utilizados para informar quem por ali passa, que deveriam ser colocados painéis à entrada e à saída de Odeceixe. Outra situação que não está prevista no projecto, é a questão da iluminação da Ponte.-----

Referiu ainda que, sendo esta uma ponte que liga dois Concelhos e ao mesmo tempo uma das entradas do Algarve, merecia alguma preocupação acrescida por parte da Direcção de Estradas, no sentido da ponte ser iluminada, o que possivelmente não trará um acréscimo de custos assim tão significativo.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que esse assunto tinha sido discutido, mas que o Director de Estradas referiu que essa despesa, eles não suportavam, no entanto dão autorização para que seja feita pela Autarquia. Disse também que, nesse sentido, foi pedido apoio à Região de Turismo do Algarve, o qual foi negado.-----

O Senhor Fernando Rosa sugeriu que fosse feita uma parceria com a Câmara de Odemira, no sentido de iluminar a ponte.-----

INTERVALO: – Foi pela Senhora Presidente da Mesa proposto, e aceite pela Assembleia, um intervalo de quinze minutos.-----

REINÍCIO DOS TRABALHOS: – Reiniciados os trabalhos, verificou-se a presença de todos os membros.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Senhora Presidente da Assembleia informou da recepção do ofício da Câmara Municipal, número dez mil oitocentos e cinquenta, de vinte e oito de Setembro de dois mil e sete, solicitando a inclusão na ordem de trabalhos de “RESTITUIÇÃO DA IMPORTÂNCIA PAGA COMO CAUÇÃO – LOTE NÚMERO DOZE – LOTEAMENTO MUNICIPAL DE MARIA VINAGRE – SÍLVIA MARINA SAIAGO SANTOS”, tendo perguntado se havia alguma objecção à introdução do assunto na ordem de trabalhos, o que foi aceite, por unanimidade, a sua introdução, passando este a ser o ponto número um.-----

PONTO NÚMERO UM

SÍLVIA MARINA SAIAGO SANTOS – RESTITUIÇÃO DA IMPORTÂNCIA PAGA COMO CAUÇÃO – LOTE NÚMERO DOZE – LOTEAMENTO MUNICIPAL DE MARIA VINAGRE: – Pela Mesa foi lida a certidão de deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de vinte e cinco de Setembro de dois mil e sete, a qual fica arquivada em pasta própria.-----

Posto à votação, foi a restituição da importância paga como caução – Lote número doze – Loteamento Municipal de Maria Vinagre, aprovado por unanimidade.-----

PONTO NÚMERO DOIS

APRECIACÃO E TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE PARQUES EÓLICOS: – Pela Mesa foi lida a proposta aprovada pela Câmara Municipal, em reunião de vinte e quatro de Julho de dois mil e sete, a qual fica arquivada em pasta própria.-----

O Senhor Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos acerca desta tomada de posição da Câmara Municipal, assim como acerca dos Parques Eólicos, cuja localização já foi aprovada pela Câmara Municipal e sobre outros para os quais estão a ser desenvolvidos estudos nesse sentido, mas que ainda não deram entrada na Autarquia.-----

Finalizou a sua intervenção, esclarecendo que uma tomada de posição conjunta, da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, garante que, futuramente, haja justificação de facto e de direito para a emissão de pareceres desfavoráveis,

sempre que as localizações propostas se insiram nos limites definidos por aquela proposta.-----

O Senhor Johannes Schydlo disse que, embora seja amigo das energias renováveis, concorda com esta tomada de posição, por razões paisagísticas. Disse ainda que os moinhos além de darem dinheiro, dão uma imagem de Concelho limpo.-----

Além disso, considera que o Concelho também pode dar outro contributo evitando os combustíveis e instalando energia fotovoltaica em novos edifícios a serem construídos, assim como poupando energia, nomeadamente no Rogil, onde as lâmpadas continuam a ficar acesas toda a noite, sem proveito nenhum, assim como em muitas ruínas que continuam a estar iluminadas.-----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou se existia algum balanço da potência gerada pelos parques eólicos, comparativamente com a energia consumida no Concelho. Ou seja, perguntou se com estes parques eólicos, o Concelho é auto-suficiente em energia.-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a energia produzida pelos parques eólicos existentes, ultrapassa as necessidades do Concelho.-----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou se, caso seja proposta a produção de energia eólica para uma casa, ou para um projecto pequeno, essa situação estaria incluída nesta tomada de posição. Será que num caso destes, poderá ser considerado um parque eólico.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que esta tomada de posição não abrange situações em que haja produção de energia de uma casa privada, para venda à EDP. Pois um particular nunca irá instalar um aerogerador de dimensões semelhantes às dos parques eólicos.-----

Posta à votação, a tomada de posição sobre parques eólicos, foi aprovada por maioria, com a abstenção do membro Iládio Furtado.-----

PONTO NÚMERO TRÊS

DESIGNAÇÃO DE QUATRO CIDADÃOS ELEITORES PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS NO CONCELHO DE ALJEZUR: – Pela Mesa foi lido o ofício número nove mil novecentos e setenta e nove, de três de Setembro de dois e sete, da Câmara Municipal, sobre o assunto mencionado.-----

A Senhora Vereadora Fátima Neto prestou alguns esclarecimentos acerca da necessidade da criação de uma Comissão de Protecção de Crianças e Jovens no Concelho de Aljezur.-----

Pela Senhora Presidente da Assembleia foi lida uma Proposta elaborada após consulta dos líderes de todas as Bancadas com assento na Assembleia Municipal de Aljezur, referente ao presente assunto e na qual são propostos os nomes de quatro cidadãos eleitores para integrar a Comissão Alargada de Protecção de Crianças e Jovens no Concelho de Aljezur, que a seguir se indicam:-----

- Maria Manuela Pires von Gilsa Miguel-----
- Maria da Conceição Martins Gonçalves-----
- Ana Maria Ferreira Santos -----
- Elsa Maria Saraiva da Eugénia Lucas -----

A SENHORA ANA MARIA FERREIRA SANTOS SAIU DA SALA-----

Foram distribuídos os boletins de voto, realizando-se a votação por escrutínio secreto, sendo dezassete os votos registados, o que coincide com o número de votantes, tendo-se obtido a seguinte votação: votos a favor – treze, votos contra – um e votos brancos – três.-----

A SENHORA ANA MARIA FERREIRA SANTOS VOLTOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS-----

PONTO NÚMERO QUATRO

APROVAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS REFERENTE AO ALARGAMENTO E REPAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA DE TRAMELO /ESPINHAÇO DE CÃO E CONSTRUÇÃO DE PONTÃO: – Pela Mesa foi lida a certidão de deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de vinte e oito de Agosto de dois mil sete, a qual fica arquivada em pasta própria.-----
Posto à votação, a repartição de encargos referente ao alargamento e repavimentação da estrada de Tramelos/Espinhaço de Cão e construção de pontão, foi aprovada por maioria, com a abstenção do membro Rosa Cigarra.---

PONTO NÚMERO CINCO

APROVAÇÃO DO PROJECTO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DE TAXAS E COMPENSAÇÕES: – Pela Mesa foi lida a certidão de deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de vinte e oito de Agosto de dois mil sete, a qual fica arquivada em pasta própria.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foram prestados alguns esclarecimentos acerca do presente assunto.-----

O Senhor Amílcar Duarte, referindo-se às construções em madeira, disse que existem casas construídas em madeira que depois são devidamente rebocadas e pintadas de branco e perguntou se esses casos eram permitidos, se não são abrangidas pelo regulamento.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que nesses casos não existem problema algum, que essa situação é permitida, nomeadamente em empreendimentos turísticos. Disse ainda que existe uma casa dessas na freguesia do Rogil, uma casa que foi construída em madeira e depois foi toda rebocada por fora. Quem passa e olha para a casa pensa que foi construída em alvenaria. Os casos referidos no regulamento, dizem respeito a casas de madeira, sem qualquer tipo de reboco.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que o regulamento, pela forma como está redigido, pode ser entendido de outra forma, pode levar a que os técnicos entendam que as construções em madeira e rebocadas são proibidas.-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que a Câmara nunca tinha aprovado projectos para construções em madeira e que os regulamentos anteriores também faziam referência a essas situações, no entanto a casa atrás mencionada foi aprovada, por respeitar as características da arquitectura regional. Disse ainda que o projecto dessa casa, foi o único pedido a dar entrada na Câmara durante todos estes anos.-----

O Senhor Dionísio Nifro referiu que não entende até que ponto poderá ser prejudicial para o Concelho, a construção de uma casa em madeira, que mantenha a traça arquitectónica, de acordo com o permitido no Concelho, só que ao invés de ser rebocada seja apenas pintada de branco, pois já viu casas em madeira que são um espanto. E pessoalmente considera muito agradável, que estas construções têm muitas vantagens e que esta situação deveria ser ponderada.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que se a casa não for rebocada, não é fácil disfarçar a madeira. Referiu também que as restrições à construção de novos edifícios, fora dos espaços urbanos, vão ser muito grandes. Basicamente só vão ser permitidas reconstruções e ampliações. Serão apenas casos isoladíssimos em que eventualmente possam surgir propostas dessas. Pois só será permitido construir isoladamente, em terrenos acima de cinco hectares, após aprovação do Ministério da Agricultura, com projectos viáveis a nível do ponto de vista agrícola.-----

O Senhor Amílcar Duarte perguntou se, neste momento, é proibida a construção em madeira ou não?-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que são permitidas algumas construções em madeira.-----

Posto à votação, o projecto de alteração ao Regulamento de Urbanização e Edificação e de Liquidação de Taxas e Compensações, foi aprovado por maioria, com a abstenção dos membros Dionísio Silva e Johannes Schydlo.-----

PONTO NÚMERO SEIS

APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO PROJECTO DE REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DESPORTIVO, CULTURAL E RECREATIVO DE ALJEZUR: – Pela Mesa foi lida a certidão de deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de vinte e oito de Agosto de dois mil sete, a qual fica arquivada em pasta própria.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que este projecto tem vindo a ser desenvolvido desde há um ano. Que foram feitas reuniões com todas as colectividades, acerca deste assunto, em que houve uma concordância generalizada. Disse que este regulamento é o primeiro que foi feito sobre esta matéria e que irá enquadrar melhor as relações entre o Município e as Colectividades.-----

O Senhor Dionísio Nifro disse ser importante haver um regulamento com estas características e que considera que o regulamento está muito completo. No entanto, pensa que a alínea b), do artigo doze – referente à publicidade, seria desnecessária. Pois toda a gente sabe que a Câmara é uma instituição de bem e presta um serviço público que em nada é questionável. Logo, acha que não fica muito bem manter a alínea que refere "... por via oral, quando em intervenções públicas proferidas no decorrer das actividades...".-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que isso é o que quase todas as colectividades fazem. No entanto, há iniciativas que a Câmara apoia, não através de apoio financeiro mas sim através de apoio logístico, apoio esse que não vai aparecer nas contas da colectividade. E esta alínea é mais para estas situações.-----

O Senhor Iládio Furtado perguntou se, se mantém a obrigatoriedade quanto à apresentação dos documentos referentes às despesas contabilísticas de todas as actividades, caso a Câmara, independentemente do motivo, não venha a dar o apoio solicitado pela colectividade.-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que sim. Que, se as colectividades quiserem obter o apoio da Câmara, obrigatoriamente tem que cumprir o previsto no regulamento, ainda que no ano anterior não tenham recebido qualquer apoio da Autarquia.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse considerar que o regulamento é importante e que vem dar mais transparência na concessão de apoios às entidades, mas também concorda que a alínea b), do artigo doze, deveria ser retirada. Embora se faça e seja de bom-tom, considera que não faz muito sentido mantê-la como uma obrigatoriedade.-----

Posto à votação, o projecto de Regulamento para Atribuição de Apoios ao Desenvolvimento Social, Desportivo, Cultural e Recreativo de Aljezur, foi aprovado por unanimidade.-----

PONTO NÚMERO SETE

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO IMI – FIXAÇÃO DE TAXAS PARA O ANO DOIS MIL E OITO: – Pela Mesa foi lida a certidão de deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de vinte e cinco de Setembro de dois mil sete, a qual fica arquivada em pasta própria.-----

O Senhor Fernando Rosa perguntou se a Câmara nunca pensou em criar uma

diferenciação de taxas, no sentido de tentar aliciar as pessoas a comprar casas nas zonas mais antigas, em vez de comprarem lotes para construção.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que tem conhecimento que podem ser penalizados os proprietários de casas devolutas e não conservadas. Pensa que a diferenciação de taxas, sugerida pelo Senhor Fernando Rosa, não é permitida. Considera também que é muito difícil manter as pessoas nessas casas, pois elas querem é uma casa melhor, e não, uma casa velha na vila. Essas casas, normalmente, são vendidas por um bom preço, mas para casas de férias.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que, tendo em conta as dificuldades por que se está a passar no País, deveriam ser um pouco mais baixas. Pessoalmente, considera que fazia todo o sentido, uma diferenciação de taxas relativamente aos centros históricos. Já uma discriminação negativa, em relação às casas não conservadas, considera importante que seja feita.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse também ser essa a sua opinião, no entanto o processo é muito complicado, uma vez que poderá levar anos até que esteja concluído. Teriam que ser identificados todas as casas e todos os artigos, notificados todos os proprietários.-----

Pela Senhora Presidente da Assembleia disse que, nesses casos, a taxa poderá ir até um limite de doze por cento. No entanto, para que essa taxa possa ser aplicada, terá que ser feito um levantamento rigoroso, identificar e notificar os proprietários informando que irá ser proposta a majoração da taxa, visto a casa não estar em condições e, eventualmente, provocar algum perigo.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que, devido às avaliações dessas casas serem muito baixas, quase que não compensa o trabalho. Quanto à redução das taxas, sugerida pelo Senhor Amílcar Duarte, referiu que isso não fazia sentido. Tem consciência que a situação do País não é muito agradável, mas isso não se deve apenas ao valor que têm que pagar pela contribuição autárquica.-----

No entanto, também há que ter em conta que, muitas das pessoas que residem no Município de Aljezur, beneficiam em muito das actividades promovidas pela Câmara, dos apoios concedidos na escola, entre outros. Pode-se constatar que existe um esforço social muito grande por parte da Autarquia.-----

Por outro lado, a esmagadora maioria das pessoas que pagam um maior valor de contribuição autárquica, pagam-no por uma segunda habitação, e são quase a maioria dos casos do nosso Município. Presentemente, já existem mais fogos que eleitores. Uma redução iria beneficiar, essencialmente, as segundas habitações. Que, seguramente, são aquelas que estão avaliadas pelos valores mais altos.-----

O Senhor António Duarte disse que considera muito elevada a taxa de zero vírgula quatro, para os prédios novos. Pois, actualmente, os prédios são avaliados pelos valores reais e as isenções também já não são por dez anos. Ao ser aplicada uma taxa com este valor, já sobrecarrega mais as famílias do nosso Concelho.-----

Posto à votação, o IMI – fixação de taxas para o ano dois mil e oito, foi aprovado por maioria, com a abstenção dos membros Iládio Furtado, Rosa Cigarra, Ana Santos e Amílcar Duarte.-----

PONTO NÚMERO OITO

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS – LEI DAS FINANÇAS LOCAIS – LEI DOIS BARRA DOIS MIL E SETE: –

Pela Mesa foi lida a certidão de deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de vinte e cinco de Setembro de dois mil sete, a qual fica arquivada em pasta própria.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse ter algumas dúvidas relativamente a esta matéria e, por isso, decidiu trazer este assunto à Assembleia Municipal. Referiu que, concretamente, a sua dúvida tem a ver com o facto de, caso, a Câmara não

responda recebe os cinco por cento, ou não recebe os cinco por cento. De qualquer das formas, o que é proposto é que a Câmara receba os cinco por cento, previstos na percentagem de participação variável de IRS, apesar dos valores em causa não serem muito significativos.-----

A Senhora Presidente da Assembleia informou que caso a Câmara não respondesse, não iria receber os referidos cinco por cento.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que, o que está em causa é um aumento da competitividade fiscal dos Municípios, no sentido de atrair mais pessoas para os Municípios com uma menor taxa de IRS.-----

A Senhora Presidente da Assembleia informou que, no orçamento para dois mil e oito, já estão previstos benefícios nas taxas actuais de IRC para as empresas que tenham a sede ou que se instalem de novo no nosso Concelho, visto sermos um Concelho do interior. Referiu que estes benefícios são muito atractivos para as empresas e, sem dúvida, são muito vantajosos para o Município de Aljezur.-----

O Senhor Manuel Rosendo referiu que, a leitura do artigo vinte, da Lei das Finanças Locais, suscitou-lhe algumas dúvidas, tendo ficado com uma ideia exactamente inversa. Ficou com a ideia de que a falta de deliberação, equivale a que não se deliberou pela redução. Na sua opinião o que o Município tem que decidir é se concede ou não a redução de cinco por cento de IRS aos munícipes do Concelho. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que não era isso que estava em causa. O Município poderia sempre receber mas, pelo seguro e para não haver confusão, se a Câmara quer receber essa percentagem o melhor é ser deliberado sobre a sua intenção e dar conhecimento dessa deliberação.-----

Posto à votação, a percentagem de participação variável de IRS – Lei das Finanças Locais – Lei dois barra dois mil e sete, foi aprovada por unanimidade.--

PONTO NÚMERO NOVE

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: – A Senhora Rosa Cigarra, relativamente às piscinas municipais, perguntou qual o ponto de situação e para quando está prevista a sua abertura?-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que a construção civil está pronta, só que nem todos os equipamentos já estão instalados. Ainda falta instalar alguns equipamentos de ar condicionado, os equipamentos solares para aquecimento da água, por não constarem na empreitada. Tiveram que ser feitos concursos diferentes, para a aquisição desses equipamentos. Em princípio estará tudo concluído até meados de Outubro, para que depois possa ser pedida a vistoria ao equipamento. Disse ainda que a Câmara nunca tinha fixado uma data para a abertura das piscinas, nem quer fixar sem ter a certeza que tudo está em condições. -----

A Senhora Rosa Cigarra perguntou se há a possibilidade de virem a funcionar as aulas de hidroginástica, pois há quem diga que a piscina não tem condições, visto ser muito funda e faltar um estrado por ser muito caro?-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que existem duas piscinas, e não uma. Uma delas destina-se a esse tipo de actividades, a outra é mais vocacionada para a natação, logo não está em causa a modalidade de hidroginástica.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que havia outra polémica à volta das piscinas e que tinha a ver com o facto da piscina não dar para competição, nem para estágios, visto faltar uma pista. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a piscina é semi-olímpica, com as medidas de vinte e cinco por doze vírgula cinquenta metros.-----

A Senhora Rosa Cigarra, tendo conhecimento que já havia um técnico superior

para as piscinas, perguntou se tinha mesmo que haver um outro, além do que já estava a trabalhar no pavilhão.

O Senhor Presidente da Câmara informou que veio transferido da Câmara Municipal de Portimão, um técnico que já exercia essas funções. Para além disso, é marido de uma funcionária da Câmara Municipal de Aljezur e já se fixaram no nosso Concelho.-----

A Senhora Rosa Cigarra referiu-se ao facto de, no Plano de Transportes Escolares, constar que haviam oito viaturas e oito motoristas. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que de facto isso nem sempre se verifica, pois há casos em que um motorista faz mais do que um circuito. Assim como haviam viaturas que precisavam de dois motoristas.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Do público presente não se verificou qualquer pedido de intervenção.-----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: – Foi deliberado por unanimidade, aprovar a acta em minuta.-----

FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS: – Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente sessão, com excepção da que foi tomada por escrutínio secreto, foi utilizada a forma de votação por braço no ar.-

ENCERRAMENTO: – E nada mais havendo a tratar, pela Senhora Presidente da Assembleia foi declarada encerrada a sessão pelas zero horas cinquenta e cinco minutos do dia vinte e nove de Setembro de dois mil e sete, mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente acta.-----

E eu, Lúcia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário, para os devidos efeitos a redigi e subscrevo.-----

A Presidente

A Primeiro-Secretário
